

ESTADO E/OU POLÍTICAS PÚBLICAS

AS ALIANÇAS SOCIAIS E A RETOMADA DO CRESCIMENTO

Mário Baiocchi*

O presente artigo, originalmente escrito para integrar o trabalho **Estratégia Global de Desenvolvimento para o Rio Grande do Sul** realizado pelo Departamento de Planejamento Global da Secretaria de Planejamento do Estado, examina as alianças sociais previsíveis para o Brasil nos próximos anos e o papel que exercerão no processo de retomada do crescimento, hoje, uma das prioridades nacionais. Concluído como parte de um trabalho maior, a cujos requisitos metodológicos e temáticos atende, adquiriu, contudo, em razão de suas especificidades, autonomia que justifica sua publicação em separado.

A intenção original era balizar marcos referenciais para o planejamento estratégico gaúcho através da montagem de cenários tidos como mais prováveis a partir do episódio eleitoral de 1994 e, deles, apontar direcionamentos da economia brasileira. Como texto autônomo serve, espera-se, de reflexão sobre alguns desdobramentos da atual conjuntura econômica e política.

É claro que a abordagem da questão sob o prisma prospectivo requer enfoques simplificadores inerentes a toda metodologia de modelos, e neles se perde um pouco da abrangência e da profundidade do fenômeno social, mas essa é uma contingência da análise. O perigo real das simplificações em Ciências Sociais é o autor cair na armadilha que elas escondem, o que se espera não seja o caso.

A idéia predominante que perpassa todo o trabalho é a de que há três cenários previsíveis para a economia brasileira no curto prazo histórico — o próximo final de década. São eles: o tendencial, o da integração estratégica e o da integração competitiva, cada um deles com uma inserção característica da economia brasileira na internacional, com perfil próprio para o desempenho dos agregados econômicos e com peculiar sistema de alianças sociais a embasar o controle do Estado por classes e frações de classes. O que abordamos aqui é o delineamento dos contornos desses cenários e das alianças sociais que os sustentam. A prospecção qualitativa e quantitativa dos macro-agregados, essencial à elaboração do quadro referencial para o planejamento estratégico, será preocupação de outro texto.

* Economista, Técnico da Secretaria do Planejamento e da Administração.

Cabe acrescentarmos que não se trata de mais uma das análises em que há sujeição do político ao econômico tão em moda há algum tempo atrás. O trabalho que desenvolvemos — a configuração dos cenários e das alianças sociais sustentadoras — segue a linha metodológica do trabalho maior, a da aceitação da interação entre os fatos políticos e econômicos sem reconhecermos qualquer superioridade ou precedência de uns sobre os outros. Ao contrário, é claro para nós que existem duas lógicas que interagem na determinação dos fatos sociais e que não há nenhuma precedência rígida entre elas: a lógica da acumulação do capital e a lógica da dominação política. Mais ainda: essas lógicas não esgotam a explicação dos fatos sociais, mas são imperativas no modelo de análise que escolhemos e sob o ângulo da finalidade a que o trabalho se propõe. Portanto, o leitor não encontrará campo aqui para frutificar o economicismo ou qualquer outro determinismo, o que, aliás, seria contraditório com a natureza probabilística da metodologia de cenários.¹

A dominação política e o controle do Estado

A dominação política culmina sua lógica no controle do Estado, visto este como o suporte do poder político.

Este tópico inicial tem por finalidade esclarecer alguns conceitos básicos necessários para a compreensão da lógica da dominação política, tais como sociedade política, atores, pactos e alianças.

A lógica de que vamos tratar e que se materializa no controle do Estado tem um campo específico de atuação: é a sociedade política, categoria básica da análise política na conceituação de Georges Burdeau (1970) e que tem uma gênese histórica razoavelmente determinada. A sociedade política, segundo a conceituação que adotamos, é aquela capaz de organizar sua própria coesão a partir de três elementos básicos: a sociabilidade (condição de agrupamento social nascido da necessidade), a consciência de sua razão de ser e a representação de seu objetivo. Esses três elementos permitem configurar a sociedade política *vis-à-vis* a outros agrupamentos sociais e vislumbrar nela a capacidade de criação do Estado, organização máxima da vontade da sociedade política.

A criação do Estado concretiza-se através da existência do poder político. Este tem dois elementos fundamentais: a força e a idéia. O poder político manifesta-se pela ação no interior da sociedade política, visando garantir a continuidade de seu próprio objetivo básico. Nessa linha de raciocínio, o Estado representa a institucionalização e

¹ A aceitação das duas lógicas não exclui outras influências nos fenômenos sociais. O autor, em especial, é sensível à relevância das estruturas mentais — este notável achado da escola francesa dos *Annales* —, nos fatos sociais e históricos. Mas a natureza restritiva do trabalho impede, no momento, a incorporação de outros elementos de análise, além da acumulação do capital e da dominação política

o suporte do poder político. O Estado é a sede do poder político. É nele que se criam as condições propiciatórias da ação do poder político.

Sendo assim, é fácil entender por que o controle do Estado é o fulcro da lógica da dominação política. Foi nesse sentido que Burdeau criou a bela imagem: "Estado, troféu da luta política."

Tal entendimento do Estado facilita, a nosso ver, desnudar as interligações entre o poder político (dominação política, no concreto) e o poder econômico (apropriação e decisão sobre a destinação do excedente). A interligação entre os dois poderes tem variado em grau e forma ao longo da História, mas nunca esteve efetivamente interrompida ou desarticulada.

A forma capitalista de produção encontrou no Estado Nacional sua forma mais adequada de articulação com a dominação política. Não é casual a contemporaneidade de ambos os fenômenos: o sistema capitalista e o Estado Nacional têm uma trajetória em que os movimentos do capital e os da dominação política sempre encontraram singular correspondência. As razões dessa correspondência têm sido objeto de numerosos estudos importantes, dentre os quais cumpre destacar o de Perry Anderson (1985).

Reconhecer a interação capitalismo—Estado Nacional não implica aceitar o determinismo da relação, nem sua inevitabilidade nem sua perenidade. De fato, o Estado Nacional foi, até o atual estágio do capitalismo, a estrutura política que se revelou mais adequada para a reprodução do capital. É claro que essa adequação não decorreu apenas de características intrínsecas do Estado Nacional, mas também da forma como ocorreu nele a dominação política, e mais: houve fatores determinantes estranhos às duas lógicas que estamos examinando. Essas questões são relevantes e devem ser (re) consideradas no momento em que se questiona a sobrevivência do Estado Nacional à luz da internacionalização cada vez mais aparente do capital. Para nós, porém, isso será apenas um ponto para reflexão.

Outros elementos faltam ser conceituados: os atores sociais, as alianças e os pactos, o social e o político.

Os atores sociais são os agentes da luta política e no sentido da consecução de seu objetivo, da dominação política.

Os atores são usualmente confundidos com as classes sociais, mas convém ter a cautela de reconhecer, nestas, categorias econômicas, e, nos primeiros, categoria política. Daí porque os dois conceitos, embora obviamente inter-relacionados, não são necessariamente correspondentes. A relação entre atores sociais e classe, por sua vez, é entendida muito em função do marco teórico explicativo adotado pelos diferentes autores da Ciência Política. Num esforço de simplificação reducionista, mas necessário, identificaremos atores como classe e frações de classe, em dado momento histórico, caracterizados por objetivos básicos próprios no esforço da luta política.

Existem atores, e eles fazem alianças que permitem a materialização e a solidificação dos pactos políticos. É o que chamaremos, no decorrer do texto, de alianças sociais. Elas são imprescindíveis na medida em que o Estado moderno é chamado a arbitrar e a resolver uma gama vastíssima de questões envolvendo interesses os mais díspares, que inviabilizam o monopólio no seu controle, impondo, pelo contrário, o compartilhamento desse controle representado pelas alianças sociais.

As alianças concretizam o controle estatal pelo pacto político. Este pode ser entendido no domínio dos resultados alcançados como uma específica aliança social em torno da disputa pelo controle do Estado, para normatizar a apropriação e a destinação do excedente e as demais questões dela decorrente. Os pactos políticos, historicamente, têm assegurado sua manutenção, basicamente, pela capacidade de conciliar a lógica da dominação política com a da acumulação, ou seja, a dominação política tem como limitante sempre a questão do excedente.

O pacto político é categoria muito utilizada em Ciência Política. A conceituação aqui empregada é a dada por Bresser Pereira (1985) e corresponde, *grosso modo*, a outros conceitos usuais na análise política, como o de bloco de poder (Poulantzas) e hegemonia (Gramsci).

Uma distinção importante a ser feita é a entre pacto político e pacto social. Esse é o entendimento básico que se forma entre as diversas classes e frações de classe de uma sociedade para definir a regulação política e/ou econômica. O pacto social é o instrumento fundamental de garantia de estabilidade de um regime político. Como observa Bresser Pereira (1985), ele não impede a luta de classe, muito menos a disputa política, mas limita sua extensão à medida que certos princípios básicos são aceitos pela grande maioria da população. O pacto de Moncloa (Espanha, 1976) é o exemplo clássico de pacto social na política moderna. No Brasil, pode-se falar num pacto social democrático de 1977, centrado em torno de três questões básicas: redemocratização, manutenção do capitalismo, moderada distribuição de renda. Foi um pacto não explícito, mas teve grande importância histórica, uma vez que está na raiz do processo de redemocratização do País.

Os atores sociais e a formação social brasileira

Quem são os atores sociais do Brasil de hoje?² Um pouco os de sempre. O que muda é sua força relativa.

Em primeiro lugar, a burguesia industrial. Ela tem hoje, claramente, um projeto de hegemonia e, de outro lado, ocupa a primazia econômica de forma incontestada. Seu projeto de dominação política, porém, sofre uma restrição importante: o caráter crescentemente rentista da economia brasileira, que privilegia os setores especulativos. Daí porque é primordial à burguesia industrial a pactuação e o correspondente projeto. É sua hegemonia que está em jogo. A burguesia industrial é conservadora, mas não

² A classificação dos atores sociais não tem caráter funcional, tendo antes a ver com o mecanismo de apropriação de excedentes enquanto classe ou fração de classe. Assim, capital mercantil significa apropriação via acumulação primitiva e a mais-valia absoluta, e não uma alocação setorial específica. Analogicamente, capital industrial é o que opera apropriação via mais-valia relativa, produtividade e incorporação de progresso técnico (PEREIRA, 1985).

necessariamente autoritária, e pelo menos em alguns setores importantes, é sensível aos avanços exigidos pela sociedade civil. O setor de bens de capital, que é seu segmento mais importante, chega a ser progressista por ter nítida consciência que seu crescimento é favorecido pelo crescimento do consumo de massa, ou seja, pela redistribuição de renda. Já a grande indústria manufatureira, intimamente associada ao capital internacional, tem menos autonomia e é mais conservadora.

Ao lado da burguesia industrial e muitas vezes em divergência com ela, temos a média (e pequena) burguesia industrial, produtora de bens de consumo de massa e, portanto, aliada potencial num pacto progressista que beneficiaria esse consumo.

A velha burguesia mercantil apresenta hoje clivagem talvez mais profunda do que há alguns anos: ela tem um setor moderno, representado pelo capital bancário, pelo grande capital comercial exportador e pelo grande capital comercial interno; e um setor tradicional, que tem na burguesia agrária sua componente mais típica. É bom frisar que mesmo o setor moderno é mercantil por ser especulativo e/ou rentista e não por estar inserido na fase mercantil do capitalismo, o que é mais o caso do setor tradicional. Classificação meio à parte ocupa um crescente setor da agricultura altamente capitalizado: a chamada lavoura empresarial, que, no Rio Grande do Sul, tem na orizicultura sua expressão mais acabada. Esse setor, embora conservador por natureza, pode ser cooptado por um pacto progressista enquanto produtor de alimentos. O mesmo, de uma maneira abrangente, pode ser dito da média burguesia agrária.

Fora da burguesia, temos dois grandes conjuntos de atores: a classe média e os trabalhadores, a primeira contendo um subconjunto muito peculiar, a tecnoburocracia.

A tecnoburocracia é vista por alguns como uma nova classe social por sua específica forma de inserção nas relações de produção. Não entraremos na polêmica, mas trabalharemos com uma clivagem bem nítida: a alta tecnoburocracia representada pelos executivos das grandes empresas (inclusive das transnacionais), pelos altos funcionários públicos das empresas estatais e pelos chefes militares; a média tecnoburocracia, constituída por funcionários públicos civis e militares de nível médio e por funcionários médios das organizações privadas; e, finalmente, uma pequena tecnoburocracia de funcionários administrativos dos setores público e privado. É interessante frisar contraste observável entre a alta e a média tecnoburocracia: esta compartilha (em grau menor) da ideologia efficientista baseada na racionalidade técnica organizacional e na aspiração ao controle da organização burocrática do Estado e da empresa, que são apanágios da alta tecnoburocracia, mas que, ao contrário dela, têm um grau de consciência de classe mais claro (e interesses mais definidos); a média tecnoburocracia ainda está, em termos culturais e de estruturas mentais, muito imbricada na pequena burguesia, o que justificaria mais plenamente sua classificação como classe média.

A classe média compreende, além da tecnoburocracia, os artesãos, os profissionais liberais, o pequeno produtor rural, o pequeno comerciante, os pequenos rentistas e os prestadores de serviço. Os setores mercantis (artesãos, pequenos rentistas e pequeno comerciante) tendem a ser muito conservadores. Todos têm em comum a visão patrimonialista e a perspectiva da ascensão social. A classe média tem grande força política, não só por sua significativa expressão numérica, mas também pela interação

que realiza com as classes populares nos processos políticos e sociais, servindo mesmo de paradigma para estas últimas. A História tem mostrado que é essencial o papel da classe média na democratização das relações sociais. Hoje, no Brasil, seus segmentos que vivem de salários estão à beira do colapso, e os demais estão na defensiva. Sua tendência política é uma incógnita do momento político brasileiro e certamente não é homogênea. É razoável supor, porém, que, por seus interesses econômicos, se integrarão mais facilmente num pacto progressista do que num conservador, pelo menos os segmentos mais significativos.

Dividiremos os trabalhadores em duas grandes categorias: os organizados e os não organizados, estes incluindo a massa popular não inserida no processo produtivo.

Os trabalhadores organizados, hoje, compreendendo expressiva parcela dos trabalhadores rurais, dispõem de grande força política, oriunda de sua articulação e das militâncias sindical e partidária. Sua clivagem é complicada, mas é possível distinguir dois conjuntos: os reformistas, que aceitam *in totum* as relações de produção capitalista e procuram tirar os máximos benefícios proporcionados pelo sistema; e os radicais, que contestam alguns aspectos do sistema, embora não preguem sua derrubada pelo menos nas alas mais significativas. Os reformistas são parceiros indispensáveis num eventual pacto progressista. Os radicais constituiriam o núcleo de apoio social a um governo não pactuado do tipo "esquerda democrática".

Os trabalhadores não organizados são importantes eleitoralmente. Os meios de comunicação de massa diminuíram a influência da classe média sobre eles; são massa de manobra potencial para o populismo de direita e podem ser facilmente cooptáveis por um pacto conservador, dependendo da eficácia das políticas sociais compensatórias.

As alianças sociais e os pactos políticos

A dominação política, materializada no controle do Estado, tem no pacto político sua manifestação mais eficaz de exercício do poder. Ele pode ser entendido no domínio dos resultados alcançados como uma específica aliança social em torno da disputa pelo controle do Estado para normatizar a apropriação e a destinação do excedente e as demais questões dela decorrentes. Como já escrevemos, visa à conciliação das duas lógicas, a da dominação política e a da acumulação, atuando a apropriação do excedente como limitante à dominação pública.

A questão do pacto político é, portanto, o fulcro do condicionamento político para os cenários prováveis da economia brasileira no curto prazo. Definiremos dois cenários básicos, o da integração competitiva e o da integração estratégica — a partir de dois pactos caracterizados: o conservador e o progressista respectivamente. O conteúdo das alianças sociais que embasarão cada um deles será exposto a seguir. Há uma terceira alternativa que condiciona um cenário tendencial, na medida em que privilegia a continuidade da indeterminação política presente e suas óbvias consequências na economia: é a persistência do *status quo* reinante, justamente caracterizado pela

dificuldade da pactuação política que marca a evolução política brasileira desde o advento da chamada "Nova República", após a ruptura do último pacto político que tivemos, o do regime militar.

A importância da pactuação reside em que só ela cria as condições de acumulação de poder político necessário para a plena eficácia das políticas públicas. Podemos mesmo dizer que o que se convencionou chamar de crise política brasileira é a incapacidade de os atores sociais completarem a maturação das alianças em pactos de modo a alcançarem níveis de acumulação de poder necessários para a estabilização e para a passagem desta à retomada do crescimento.

Podemos arrolar, dentre as dificuldades objetivas para a pactuação, as seguintes: (a) a fraqueza endêmica dos partidos políticos brasileiros os quais seriam os principais canais da mediação política; (b) a crise ideológica que é preciso distinguir em dois níveis — o interno, dado pela falta de densidade ideológica dos partidos e por extensão dos atores sociais; e o externo, decorrente da crise ideológica mundial com o aparente colapso dos socialismos e o perceptível esgotamento do neoliberalismo que parecia a vanguarda dos anos 80—; (c) o caráter precário da maioria das organizações da sociedade civil (exceções notáveis: alguns sindicatos, a Igreja, a OAB), o que, somado à fraqueza dos partidos, torna os agentes políticos pouco eficazes; (d) a extraordinária difusão de interesses que permeia a sociedade brasileira, dificultando a definição do "ponto básico" das eventuais alianças; (e) o enfraquecimento financeiro e institucional do Estado, o que desestimula a acumulação política de poder necessária para a articulação e a eficácia dos pactos políticos, gerando, assim um círculo vicioso de vazio do poder; (f) o corporativismo excessivo dos setores organizados da sociedade brasileira, contrapondo-se à difusão mencionada acima e que obstaculiza a convergência de interesses, sobretudo no sentido das desejadas modernização, democratização e justiça social, os aparentes objetivos consensuais da sociedade brasileira; (g) resistências localizadas no processo de acumulação política que caracteriza o pacto e que são encontradas não só nos setores "atrasados" da sociedade (por razões já conhecidas em estudos clássicos), mas também em setores modernos extremamente poderosos e que, de forma sintética, podemos identificar nos grandes setores rentistas da economia — esses setores, geridos por uma racionalidade de curto prazo, reagem à pactuação que envolve evidentemente compromissos de longo prazo (FIORI, 1993) —; (h) a crise de credibilidade dos agentes políticos; (i) o obstáculo metodológico representado pelo generalizado abandono do processo de planejamento, hoje só exercido no País pelas transnacionais e por outras poucas grandes empresas; (j) a excessiva concentração de renda e de riqueza no País, condicionando concentração de poder, dificulta a articulação política na sociedade civil.

O episódio eleitoral de outubro/novembro constituir-se-á no evento decisivo da pactuação. De fato, ele criará (ou não) as condições objetivas para a acumulação política de poder, abrindo, assim, o caminho, conforme o resultado das eleições, para a emergência de um dos três cenários paradigmáticos.

Há outra condicionante que exercerá grande influência na determinação dos cenários: o desempenho da política de estabilização ora em curso. Ela será influente não apenas por direcionar o resultado eleitoral, mas também por condicionar as

trajetórias das políticas dos novos governantes, que darão os contornos dos cenários. Sob esse aspecto, o cenário tendencial seria especialmente sensível aos resultados das políticas de estabilização do curto prazo.

As alianças sociais aglutinar-se-ão em torno de uma antinomia que polariza a sociedade brasileira nos últimos anos: o primado da ordem ou da justiça. Escrevíamos acima de que há um aparente consenso de que a economia e a sociedade precisam modernizar-se, democratizar-se e tornar-se mais justas socialmente, de modo que todos os segmentos sociais possam vir a beneficiar-se das almejadas modernização e democratização e, mais ainda, que toda a população alcance os requisitos básicos da cidadania. Essa é a convergência, aparente e do discurso. Mas há uma divergência, profunda e da prática sobre a hierarquia dessas questões básicas; é o velho dilema dos anos 60 e 70: crescer *versus* distribuir inserido nas condições atuais da economia. Essa divergência provoca nítida clivagem entre os que pensam que a modernização precede a distribuição e os que pensam que a distribuição leva à modernização. É uma diferença de visão de mundo, não redutível ao problema econômico puro.

Daí, por que aglutinamos uns em torno da ordem, idéia-força que prioriza a estabilidade, o avanço com preservação e graduação; e outros, em torno da justiça social, idéia-força que privilegia a mudança e a distribuição como pré-requisitos para a democracia e a modernidade. Os primeiros são os conservadores; os segundos, os progressistas. Em certo sentido, eles abrangem quase todo o largo espectro dos atores sociais brasileiros do momento: ficariam de fora apenas grupos radicais, à esquerda e à direita, para os quais o capitalismo e a democracia, respectivamente, são colocados em xeque. Mas esses setores, por enquanto, são inexpressivos e não exercem grande papel nos cenários de médio prazo, salvo a situação pouco provável em que se conjugam a indeterminação política (inexistência de pactuação) e a inviabilização das políticas de estabilização, impedindo a retomada do crescimento.

Um pacto dominado pelos conservadores determina um cenário que, por suas características estruturais — papel do Estado, inserção internacional, relações Estado-empresas transnacionais, tecnologia, eficiência sistêmica e abrangência do mercado, conflito distributivo, dentre outros —, levará a um padrão de acumulação restritivo e excludente, com inserção defensiva na nova divisão internacional do trabalho. É o cenário da integração competitiva.

O pacto progressista imporá, pelas mesmas características estruturais acima citadas, um novo estilo de desenvolvimento, com padrão de acumulação não excludente, com tentativa de regulação das relações trabalho—capital, no afã de superar a armadilha da crise de realização dinâmica que tem aprisionado o desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas.

Antes de prospectarmos cada um dos cenários, examinaremos as probabilidades de cada um dos pactos políticos. Em primeiro lugar, há de ficar claro que, nas atuais circunstâncias do País, qualquer pacto político só se efetivará se: (a) conseguir apoio popular traduzido em vitória eleitoral; e (b) encontrar uma solução minimamente satisfatória para os problemas econômicos do País. Outra observação é de que qualquer pacto político se viabilizará com o apoio da burguesia. Os dois pactos de nosso trabalho contam com esse apoio, em diferente grau, é certo.

A participação da burguesia no pacto conservador é óbvia. No tocante ao pacto progressista, ela é lógica, já que expressivos setores da burguesia, embora seu caráter intrinsecamente conservador, assumem posições progressistas, conforme o encaminhamento que as eventuais alianças sociais dão à questão fundamental da apropriação do excedente.

A fim de avançarmos no exame da probabilidade da prevalência de um ou de outro dos pactos tidos como mais prováveis, valer-nos-emos de alguns critérios analíticos (BREISSER PEREIRA, 1985). O primeiro deles é o da organização política que sustenta o pacto. Sob esse aspecto, o progressista leva alguma vantagem até onde se possam precisar perfis ideológicos no difuso panorama partidário brasileiro. Senão vejamos: o maior e mais organizado partido nacional, o PMDB, por seu caráter de frente, imbrica-se em todas as frações de classe que constituiriam a aliança progressista, e, mais ainda, em seus quadros dirigentes mais expressivos parece haver manifesta inclinação pelos propostos progressistas. Há, porém, uma restrição importante: o PMDB, por ser uma frente, corre o risco de ir dividido para a pugna eleitoral, o que reduziria muito a chance de formação da aliança progressista. Esta, aliás, só se viabilizará através de bem-cos-turado acordo entre forças políticas de centro-esquerda que dêem força e sustentação ao amplo e corajoso programa reformista requerido pelo cenário da integração estratégica. No atual quadro partidário brasileiro, uma aliança PMDB-PSDB parece o eixo natural para essa aliança social. Já o PT, que neste momento parece o favorito para a eleição presidencial, terá grande dificuldade em articular o pacto por causa do radicalismo de algumas tendências internas, desembocando sua eventual vitória mais provavelmente num cenário sem pacto político hegemônico, o tendencial. O pacto conservador, menos cotado segundo esse critério, teria seu eixo natural em torno de uma aliança PFL-PPR, mas, surpreendentemente, poderá concretizar-se pelo eixo PFL-PSDB.

O segundo critério é o apoio popular para a vitória no episódio eleitoral e, depois dela, para a sustentação da legitimidade, já que ambos os pactos atravessarão períodos turbulentos quando da adoção de medidas de estabilização. Sob esse aspecto, nenhum pacto poderá prescindir do apoio dos trabalhadores. O pacto progressista poderá aglutinar os chamados setores reformistas dos trabalhadores organizados. O pacto conservador poderá mobilizar os trabalhadores não organizados (e minimamente setores reformistas dos organizados). Sob esse critério, há um certo equilíbrio, embora nos pareça que, por sua imbricação mais profunda na classe média, eleitoralmente muito poderosa, o pacto progressista também leva vantagem nesse segundo critério.

Finalmente, temos o critério da hegemonia ideológica. Aqui, a superioridade do bloco conservador é flagrante, pela dominação burguesa dos aparelhos de coerção e de persuasão na sociedade brasileira, em especial na mídia. Outro aspecto a considerar neste item é o da hegemonia ideológica *stricto sensu*. A ideologia burguesa, mais ou menos assumida, é o neoliberalismo que parece hoje hegemônico, embora permaneçam bolsões de resistência importantes das "velhas" ideologias de esquerda nalguns segmentos de classe média, os intelectuais em especial, e bolsões de resistência "tecnicista" específica de setores da tecnoburocracia estatal. Ultimamente, porém, começa a tomar corpo na *intelligentzia* brasileira e, por extensão, em segmentos políticos

expressivos uma forte e nova reação ao neoliberalismo, que, embora não chegue a ameaçar a hegemonia do mesmo, representa uma alternativa coerente. Assim, se há uma hegemonia ideológica do pacto conservador, ela, contudo, não é absoluta.

O cenário da integração competitiva

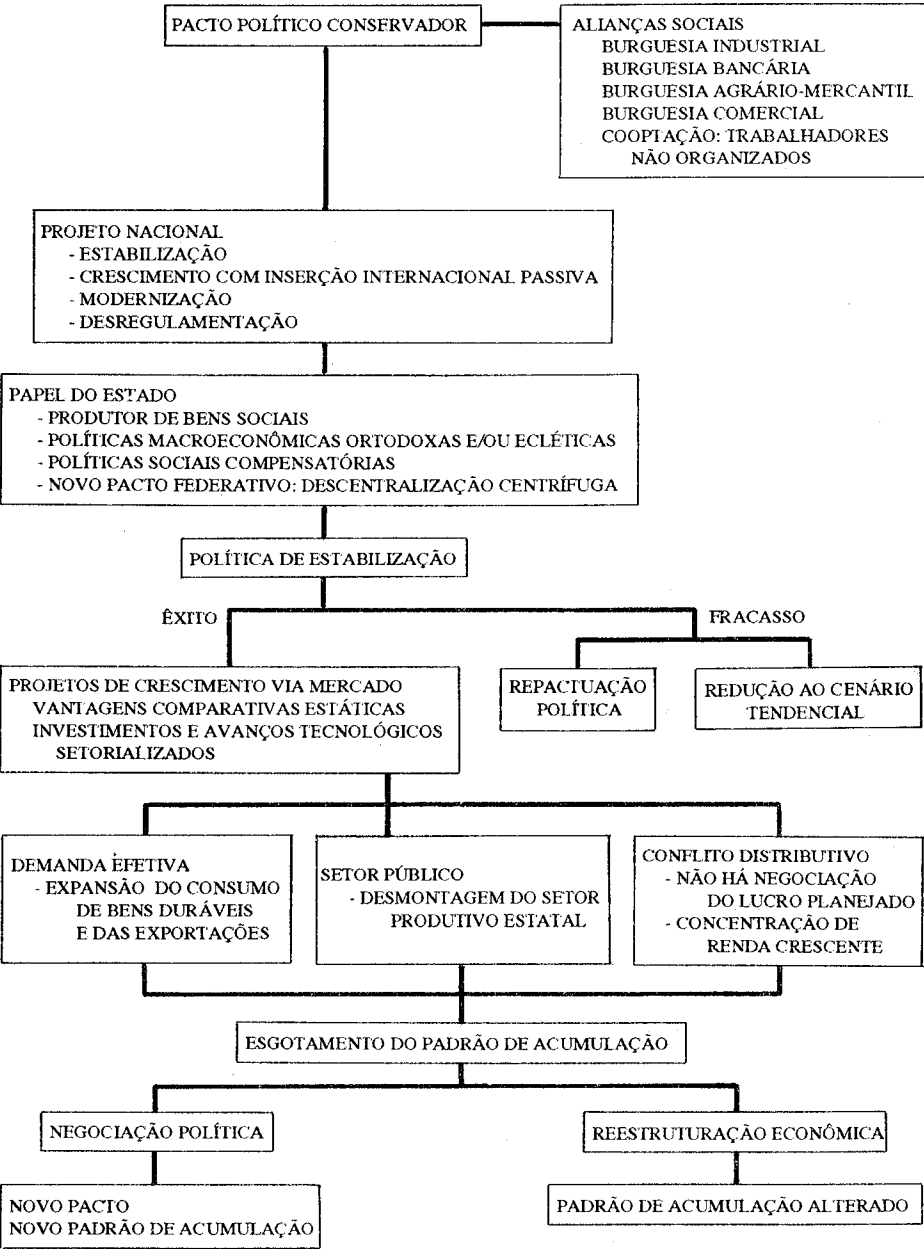
Esse cenário será viabilizado por uma aliança social consolidada no pacto conservador. Serão os atores solidários da aliança a burguesia industrial, a burguesia bancária, a burguesia agrário-mercantil, a burguesia comercial, e, possivelmente, cooptará segmentos expressivos da classe média (parte da tecnoburocracia e os setores mercantis: artesãos, pequenos rentistas, pequenos comerciantes) e dos trabalhadores não organizados. Estes últimos, aliás, fundamentais para a vitória eleitoral viabilizadora do pacto, ou seja, a cooptação terá de ocorrer na via eleitoral e, depois, no exercício efetivo do poder.

O pacto conservador, orientado pela ideologia neoliberal, que tem na primazia absoluta do mercado um dos seus dogmas mais arraigados, conseguiu espertamente associar no imaginário coletivo a idéia da modernidade a seus preceitos, e este foi seu maior triunfo. Será um projeto nacional para o País, capaz de, se as condições conjunturais forem favoráveis, ensejar a estabilização e, depois dela, a retomada do crescimento, viabilizando, assim, o respaldo social para sua sustentação.

O projeto conservador será calcado naturalmente no projeto da burguesia industrial que há duas décadas, pelo menos, aspira à hegemonia política. Mas haverá uma restrição importante: a burguesia bancária e a grande burguesia comercial têm alguns interesses básicos divergentes em relação ao capital industrial. O caráter crescentemente rentista da economia brasileira nos últimos anos fortaleceu muito os setores especulativos. Nesse caso, o pacto conservador, que necessariamente alia a burguesia produtiva com a especulativa — por sua pauta comum ser maior que as divergências e mais ainda pelo temor de uma predominância política adversária —, levará as frações de capital a uma trégua. É claro que a posição dos setores rentistas é mais defensiva, e estes, portanto, cederão mais, mas também é verdade que o volume de recursos, hoje, no meio dos rentistas impõe pesadas restrições aos graus de liberdade da burguesia industrial. De fato, o pacto conservador será muito mais uma acomodação entre as subfrações do capital industrial com os rentistas do que a verdadeira hegemonia almejada pela burguesia industrial, o que traria óbvia consequência ao padrão de acumulação resultante desse cenário. Já os setores "populares" terão participação episódica nesse pacto, na eleição e, após, na contenção das reivindicações, as quais, de algum modo, porém, terão de ser aplacadas por políticas sociais compensatórias. A classe média aderirá na medida em que forem recuperados o poder de compra dos salários e as perspectivas de ascensão social.

Os pilares do projeto conservador serão quatro: a estabilização, o crescimento com inserção internacional passiva, a desregulamentação e a modernização.

CENÁRIO DA INTEGRAÇÃO COMPETITIVA



A estabilização não parece muito clara neste momento; será tentada, preferencialmente, pela continuidade do atual plano. Se ele fracassar, haverá nova tentativa ainda mais próxima da ortodoxia monetária. Como as soluções desse tipo esbarram na estrutura de mercado oligopolizado da economia brasileira, o êxito da política vai depender da negociação com os oligopólios, e, é preciso reconhecer, existirão condições de bom resultado na negociação: o Governo e o capital nacional terão, porém, de redesenhar um novo acordo em que as perdas de curto prazo dos setores oligopolizados serão amplamente compensadas por vantagens na nova expansão industrial.

A inserção internacional será uma das características marcantes do cenário. Denominamo-la passiva ou estática. Esse tipo de inserção significa a submissão às vantagens comparativas estáticas, com dupla implicação: o crescimento ocorreria em setores vocacionados, e o avanço tecnológico ficaria a eles restrito. Significa, sobretudo, que não serão criadas "novas vocações" e nem haverá criação de "conhecimento produtivo novo", a não ser aquele previamente planejado pelas empresas transnacionais.

A modernização atenderá aos ditames da boa doutrina neoliberal. *Mutatis mutandis*, assistiremos à nova modernização conservadora seguindo o paradigma clássico de Barrington Moore: melhoria dos padrões de eficiência nos setores competitivos (e no Estado), adequando-os aos níveis internacionais; maior preocupação com a eficácia, o resultado, buscando para ele a "qualidade total"; e a implantação de nova mentalidade organizacional, gerencial e mercadológica. A modernidade conservadora tem também preocupações ambientais, mas estas serão entregues ao mercado, sabidamente insuficiente para resolver as externalidades.

A desregulamentação, por fim, seria a desmontagem do velho aparelho estatal montado a partir do pacto populista e de suas interferências na atividade econômica. Embora a velha regulamentação keynesiana, característica do Estado brasileiro, esteja bastante contestada, é inegável, por outro lado, que nossa economia não está, ao contrário das avançadas, apta para auto-regular sua eficiência sistêmica de modo adequado, ao menos no médio prazo. O que pode acarretar problemas na área.

Fácil será concluirmos a respeito do papel do Estado no cenário competitivo como produtor de bens sociais, e ele não poderá abdicar dessa condição, apesar do discurso neoliberal pela necessidade de minimamente atender aos setores não organizados da sociedade. O volume dessa função será dado pelo alcance das políticas sociais compensatórias adotadas e que decorrerá da negociação política: quanto mais voz os trabalhadores não organizados tiverem, maior será a dimensão assistencialista. Deve-se acrescentar que investimentos pesados em infra-estrutura e na qualificação de recursos humanos terão de ser realizados. As políticas macroeconômicas, por sua vez, serão ortodoxas ou ecléticas, dependendo do jogo de pressão no interior do pacto.

Aspecto que merece consideração à parte é o das novas relações federativas, realidade inelutável, em razão da situação caótica hoje vivida na integração entre os três níveis de governo. A questão federativa terá encaminhamento necessariamente descentralizado, independente do pacto político, em função das condicionantes da acumulação e da dominação política. O que se altera num e noutro pacto é o caráter da

descentralização. O pacto conservador imporá "descentralização centrífuga", com a fragmentação dos anéis tecnoburocratas de comando do Estado e a decorrente desarticulação do estamento tecnoburocrático, principalmente no nível União e estados. A mais previsível consequência dessa forma de descentralização será o caráter aleatório que as políticas estaduais assumirão, acentuando-se as disparidades regionais.

O êxito da política de estabilização é a condição *sine qua non* para a permanência do pacto. Mas, se é necessário, não é suficiente; de fato, a transição da estabilização para o crescimento não é automática e torna-se mais complicada com a exacerbação do caráter rentista da economia. A taxa de juros terá de baixar a níveis compatíveis ao da realização do investimento, e isso significa perdas para os rentistas. A negociação com eles será, pois, a alavanca da retomada do crescimento. Supondo êxito nas duas empreitadas — estabilização e efetivação das condições políticas e econômicas para o investimento, a estabilização pressupõe a recuperação financeira do Estado —, o projeto conservador passa à segunda etapa: a retomada do crescimento, a qual se dará via mercado, aproveitando as vantagens comparativas estáticas, com investimentos e avanços tecnológicos setorializados. O Estado não terá uma política estruturante, limitando-se aos conflitos da concorrência intercapitalista que ameacem o pacto e as relações com as empresas transnacionais.

O fracasso da estabilização e o da transição à retomada do crescimento — mas, principalmente, o primeiro — levarão a duas alternativas: a repactuação política, ou a pura implosão do pacto com redução ao cenário tendencial.

O crescimento ocorrendo, tomará alguns contornos previsíveis: a expansão do consumo de bens duráveis e das exportações, a desmontagem do setor produtivo estatal (e sua possível desnacionalização) e o acirramento do conflito distributivo. A ausência de regulação da "norma salarial" determinará a continuidade de deterioração dos salários e a concentração de renda crescente, o que tornará cada vez mais exíguo o perfil da demanda e, portanto, estimulará a tendência excludente do mercado. Delinear-se-á, assim, um padrão de acumulação desregulado, concentrador e excludente, que reforçará o subdesenvolvimento industrializado e tenderá ao esgotamento, na medida em que terá poucas condições de superar uma eventual crise de realização dinâmica.

É plausível considerar, entretanto, que esse padrão não seria simples repetição histórica do anterior. De fato, não será um padrão de substituição de importações, cujas possibilidades históricas já estão completamente ultrapassadas, mas será antes baseado no aproveitamento das vantagens comparativas estáticas, através das quais a economia brasileira definirá sua inserção na nova divisão internacional do trabalho. Esse padrão, porém, ao condicionar o perfil de demanda privilegiando o consumo de bens duráveis, reproduzirá condições mantenedoras do subdesenvolvimento industrializado, ou seja, o desenvolvimento desequilibrado, excludente, mas dinâmico, que tem caracterizado a economia brasileira do capitalismo industrial. O cenário da integração competitiva não trará, pois, mudanças qualitativas na sociedade brasileira, a não ser em setores específicos, vocacionados, graças a uma melhoria da eficiência sistêmica "restrita".

Há também grandes diferenças no campo político. De fato, contrariamente ao ocorrido no padrão anterior, parece não existirem condições políticas de sustentação

de um estilo de desenvolvimento excludente no longo prazo. A democratização da sociedade não conviverá com um padrão excludente em esgotamento por muito tempo (salvo se houver o indesejável e improvável colapso da democracia). Restarão, pois, dois caminhos para o pacto conservador: a negociação política, ampliando a abrangência de suas alianças, o que é sempre difícil na crise econômica; ou a reestruturação econômica, também ela possível de alguma mudança no pacto, alijando as facções mais especulativas e incorporando segmentos da classe média e dos trabalhadores reformistas. Conforme o andamento do cenário, essas mudanças poderão ocorrer no bojo dos próximos episódios eleitorais, em 1998 ou em 2002.

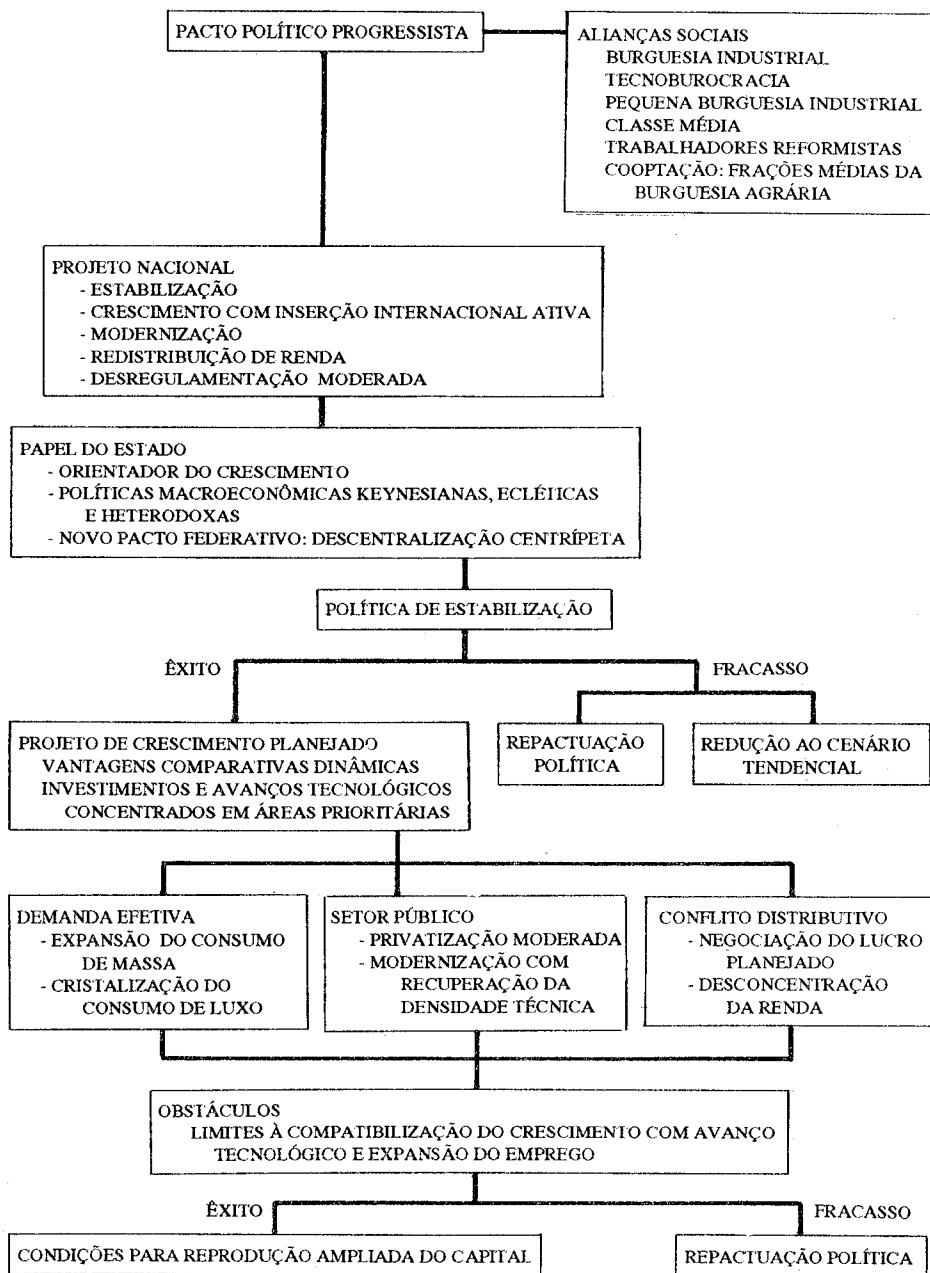
O cenário da integração estratégica

Esse será o cenário da aliança social consolidada no pacto progressista. Serão atores da aliança: a burguesia industrial, a tecnoburocracia, a pequena burguesia industrial, os setores assalariados da classe média (e os profissionais liberais) e os trabalhadores reformistas. Pode-se prever uma fácil cooptação de frações da burguesia agrária, seu segmento empresarial.

Ao contrário do conservador, o pacto progressista não tem uma coloração ideológica muito nítida. Um vago "progressismo", o primado da justiça social une a todos, mas não é suficiente para sedimentar um acordo durável. É preciso encontrar uma convergência no campo político operativo. Essa convergência só será conseguida através de complicado jogo entre os atores, com alternativos avanços e recuos, o que, por si só, demonstra a dificuldade real em manter tal pacto, devido à fraqueza das estruturas e das lideranças políticas do momento. Como a História mostra que a sociedade brasileira tem sido capaz de altos feitos inobstante as circunstâncias adversas (e.g.: a unidade nacional, a industrialização, a democratização das relações sociais), pode-se aportar como possível a formação desse pacto apesar das dificuldades.

Uma primeira questão é a presença da burguesia industrial em pacto progressista. Já sabemos que essa fração de capital, economicamente dominante, tem clara aspiração à hegemonia política. Ela, por motivo óbvio, só se dará pela pactuação. Nenhuma classe ou fração de classe tem condições de exercer sozinha a hegemonia política no Brasil contemporâneo. Mas seu projeto de dominação política sofre restrição importante: o caráter crescentemente rentista da economia brasileira privilegia os setores especulativos. A expansão industrial é claramente refreada pela incompatibilidade da taxa de juros e pelo retorno do investimento. As necessidades da acumulação podem, assim, tornar mais interessante à burguesia industrial uma aliança com os setores progressistas do que com outras frações do grande capital, nitidamente favorecidos pela taxa de juros elevados. Por outro lado, aos setores progressistas, *stricto sensu*, (estamento intelectual da classe média, profissionais liberais, parte da tecnoburocracia e trabalhadores organizados) interessa a aliança com a burguesia industrial, porque, em função de sua relevância, é pouco consistente qualquer pacto sem sua participação.

CENÁRIO DA INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA



FONTE: BAIOCCHI, Mário (1994). "As alianças sociais e a retomada do crescimento da economia brasileira". SUPLAN/SPA.

Ao contrário dos conservadores, os progressistas não dispõem de um programa ideológico tão claramente definido. No confuso cenário ideológico nacional e mundial, parece não haver nenhuma ideologia pronta, que sirva a grupos tão díspares. As ideologias de esquerda muito arraigadas entre os intelectuais brasileiros, mas em refluxo no quadro internacional, parecem não ser mais capazes de aglutinar os progressistas, além da natural resistência dos setores capitalistas, de modo que há de se buscar um novo consenso para enfrentar o neoliberalismo dos conservadores. Esse novo consenso, expressão que designa sua discordância ao primado universal do mercado postulado pelos neoliberais, estaria, segundo José Luís Fiori (1993), alicerçado em quatro pilares: (a) as reformas liberalizantes não garantem a estabilização e muito menos a passagem desta ao crescimento de longo prazo; (b) o Estado nacional continua sendo o agente-chave das políticas articuladas de estabilização e crescimento, apesar dos avanços da globalização da economia; (c) o Estado, em função desse seu papel articulador, deve ser ágil e forte, o que não implica ser volumoso e particularista; (d) as transformações necessárias para a retomada do crescimento devem ser tomadas com amplo respaldo social e que pressupõe a democracia, inclusive o nível decisório, eliminando os bastiões tecnoburocráticos do Estado.

Esse "novo consenso", a expressão é de Fiori, inobstante seu nível de generalização, nos parece, abriga idéias fundamentais para um programa mínimo e básico de oposição ao neoliberalismo e aceitável por todos os grupos do eventual pacto progressista, inclusive pela tecnoburocracia, pois, se ele, por um lado, reduz sua "hegemonia técnica", por outro, lhe abre uma perspectiva nova, a da interlocução técnica com a sociedade. Resta saber se esse conjunto de idéias e de proposições genéricas poderá conformar-se a um todo coerente e persuasivo capaz de aglutinar os atores progressistas. A inexistência de uma postura ideológica minimamente consensual pode constituir-se em óbice intransponível para a viabilização do pacto.

Às características apontadas por Fiori acrescentaríamos que a "nova ideologia" deve apontar no sentido de o Estado articular políticas estruturantes, que conduzam o País ao desenvolvimento industrial em áreas escolhidas como estratégicas, para assegurar-lhe posição de autonomia e relevância na integração econômica mundial (e regional) ora em curso. Concomitantemente, há de se atender aos reclamos da justiça social: terão de ser articuladas políticas de emprego que possam reduzir drasticamente os limites da marginalidade econômica. Busca-se, pois, a ideologia capaz de compatibilizar o avanço tecnológico com a expansão do emprego e do consumo de massa. Só o Estado tem poder de articulação para empreendimento de tal monta.

O pacto progressista terá seu teste de fogo na capacidade negocial. No primeiro momento, o da estabilização, deverão ser criadas as condições para a compatibilização das taxas de juros e de retorno do investimento; embora fenômeno de ordem econômica, porque economicamente operacionalizável, requer decisão política. Como os eventuais "perdedores", com a frenagem da especulação, estarão fora do pacto, a decisão é possível, mas não há indícios para avaliar a resistência e a obstrução que a política de estabilização progressista vai sofrer. A sua consecução será mais difícil que no cenário conservador, porque ali ela corresponderá a uma acomodação intercapitalista e não a um confronto.

O segundo aspecto negocial a destacar é ainda mais complexo. Trata-se da negociação do lucro planejado,³ necessário para o equacionamento do conflito distributivo: lucros e salários terão de ser crescentes, com distribuição dos ganhos de produtividade entre os trabalhadores e capitalistas. Para que tal ocorra, é preciso que: (a) exista progresso técnico poupador de capital disseminado na economia e que esse progresso, pelo menos em alguns setores, seja trabalho intensificante; (b) o lucro (crescente) seja planejado de modo a permitir o crescimento dos salários. A conjugação desses dois fatores, um mais econômico, o segundo predominantemente político, só acontecerá se houver vontade política e capacidade de articulação por parte dos atores sociais do pacto. Esta será a difícil, mas necessária, solução para a variável-chave do pacto, o conflito distributivo. Uma série de condicionantes — estabilização, acumulação política de poder, força do Estado — determinará sua viabilidade ou não. O grau da dificuldade de sua consecução dá a medida das asperezas do cenário estratégico. É impensável um pacto progressista sem a negociação do lucro planejado.

O projeto nacional dos progressistas terá como bases: a estabilização, o crescimento com inserção internacional ativa, a modernização, a redistribuição de renda e a regulamentação seletiva. Os objetivos são parecidos com os dos conservadores, mudando em grau e em sentido. A estabilização será mais difícil que no cenário competitivo pela não-participação de algumas frações importantes do capital, que oporão resistência, o que requererá a utilização de política heterodoxa. A inserção internacional será ativa, porque planejada, aproveitando as vantagens comparativas dinâmicas estimuladoras, o que significa criação de vocações novas e de "conhecimento produtivo novo", alcançando o País, no longo prazo, relativa autonomia tecnológica, ao contrário da cristalização da dependência tecnológica no cenário competitivo. A modernização terá sentido diferente da do pacto conservador: significará, no plano produtivo, eficiência sistêmica abrangente e, no plano mais geral, o aprimoramento da democratização das relações sociais. A redistribuição de renda faz parte dessa modernização; é sua condicionante mesmo e nascerá da negociação do lucro planejado e não de políticas sociais compensatórias. Será, pois, processo de longo prazo, ocorrendo, primeiro, a cristalização da concentração e, após, a desconcentração da renda. A regulamentação será seletiva e visando à redistribuição e à inovação tecnológica.

³ A taxa de lucro = $\frac{R}{K + W}$ relaciona o total da mais-valia com a soma do capital constante com o variável; é entendida, por nós, como planejada em função da estrutura dos mercados no sistema capitalista contemporâneo. Nele, as empresas conseguem fixar a taxa de lucro desejada fixando os salários como variável residual na equação distributiva, invertendo a proposição clássica de que os salários eram determinados pelo custo da reprodução da mão-de-obra e os lucros seriam a variável residual. A taxa de lucro sendo planejada, como supomos, na economia brasileira, passa a ser uma variável politicamente determinada, passível de negociação. Pensamos que essa negociação é a chave da composição de uma aliança no pacto progressista, que tem entre seus objetivos o aumento da participação salarial na renda com a concomitância de lucros estabilizados. Ver a respeito Pereira (1986).

É no papel do Estado que se contrastam mais as diferenças com o cenário competitivo. Aqui, o Estado é o orientador do crescimento e, como tal, deverá utilizar o planejamento estratégico como metodologia de indução e de persuasão dos agentes econômicos. Isso requererá um sentido bem diverso do cenário competitivo, a plena recuperação financeira do Estado e o resgate da densidade técnica e política de seus quadros. A tecnoburocracia estatal, integrante do pacto, terá também a "sua" negociação: ela será menos tomadora de decisão e mais interlocutora, para tanto necessárias serão suas reciclagens política e técnica.

As relações federativas também serão renovadas e descentralizadas, mas a descentralização não será a do pacto conservador: ela será "centrípeta", não haverá fragmentação dos anéis tecnoburocráticos, mas, sim, sua renovação e mudança de função. A manutenção de eixos técnicos e políticos estratégicos será de grande eficácia para o fortalecimento das relações União—estados e para o combate das disparidades regionais.

O êxito da política de estabilização é vital em qualquer cenário. Também aqui o fracasso levará à repactuação política ou à redução ao cenário tendencial. O êxito, se não garante, é condição para a retomada do crescimento, e já vimos as dificuldades que o pacto enfrentará nesse aspecto. Supondo superados todos os obstáculos, o crescimento ocorrerá planejado, ou seja, o mercado será orientado pelo Estado: as decisões de investimento e de priorização tecnológica obedecerão a critérios estratégicos e não puramente de mercado. Essa é a característica produtiva básica do cenário e que lhe dá o nome: o aproveitamento de vantagens comparativas dinâmicas criará vocações novas, através de políticas estruturantes, e estarão implantadas as condições para novo padrão de acumulação.

Os contornos mais gerais do novo padrão são a demanda efetiva marcada pela expansão do consumo de massa e pela cristalização do consumo de luxo, em decorrência da política de rendas. O setor produtivo estatal será diminuído, mas não totalmente desmontado, conservando-se em áreas como monopólios naturais e naquelas com elevada conotação política, sensibilizadoras para algumas facções do pacto, como a extração de petróleo. O Estado será também atuante em pesquisa e desenvolvimento e proteção ambiental. A grande característica do padrão, porém, será a implantação da regulação das relações capital—trabalho, materializada na negociação do lucro, e que acarretarão a desconcentração da renda e a diminuição da marginalidade econômica. Teremos, enfim, um estilo de desenvolvimento não excludente, onde pela primeira vez serão delineadas condições para a superação do subdesenvolvimento industrializado. Mas, para isso acontecer, o cenário terá de superar obstáculo, cuja resolução não parece ainda clara: a compatibilização do crescimento com avanço tecnológico e a expansão do emprego. De fato, a não-conciliação dessas variáveis inviabiliza o pleno desenvolvimento das forças produtivas no sentido político requerido pela aliança social e também no sentido das exigências da acumulação, levando ao colapso do pacto e do padrão. Restaria o caminho da repactuação política. O êxito, contrariamente, criará as condições para a reprodução ampliada do capital, superando a impossibilidade de resolver a crise de realização dinâmica e propiciando, como já dissemos, a superação do "subdesenvolvimento industrializado".

O cenário tendencial

O cenário tendencial significa a continuidade da indeterminação política que envolve o País desde o colapso do pacto do regime militar. O não-funcionamento do vetor político da pactuação será suficiente para delinear o cenário que, em suas grandes linhas, repete o atual: o atoleiro inflacionário e as políticas erráticas de estabilização.

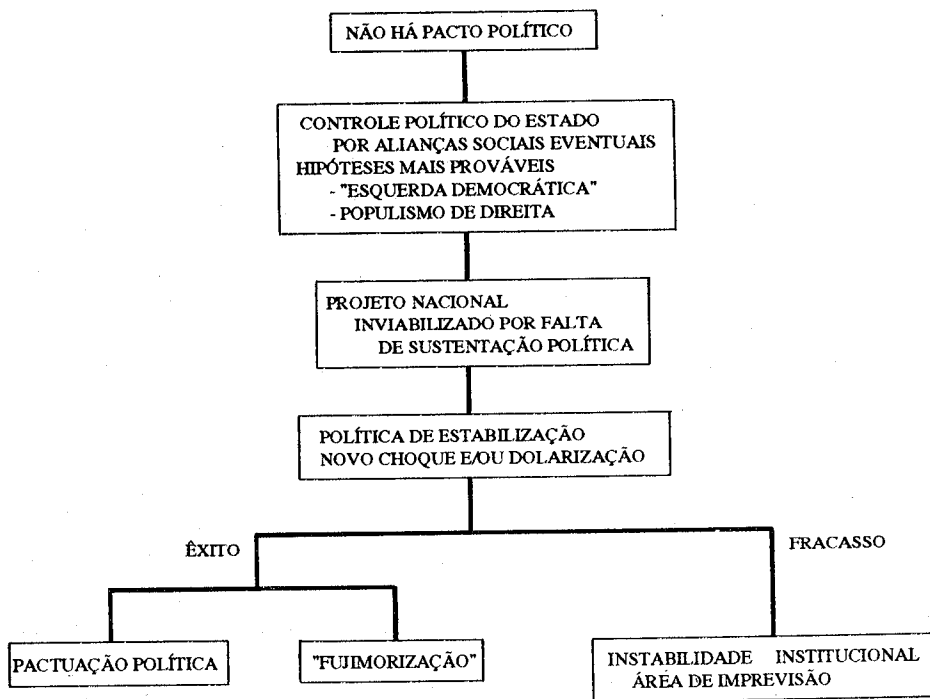
As probabilidades de configuração do cenário tendencial são grandes à luz das perspectivas do episódio eleitoral de outubro/novembro. Neste momento, meados de abril, uma das candidaturas mais fortes, na verdade o líder incontestado nas pesquisas, é o candidato do PT, Lula. A vitória do Partido dos Trabalhadores acarretará inegáveis dificuldades para a pactuação: (a) o PT, embora centrado nos setores mais à esquerda dos trabalhadores reformistas, tem importantes alas imbricadas em setores radicais, que colocam em xeque o sistema capitalista de produção; (b) além dessa postura, inaceitável para qualquer segmento da burguesia, é difícil imaginar uma composição com a burguesia industrial, sem o apoio do qual não há pacto sólido. Radicalismos à parte, existe mútua incompreensão e resistências entre o núcleo dirigente do PT e a burguesia, que, se não tornam impossível, obstaculizam um pacto duradouro e coerente entre ambos; (c) o PT, menos por sua cúpula e mais por sua base, terá dificuldade para eventuais alianças sociais mesmo com outros setores que não a burguesia. Todas essas dificuldades tornam extremamente remotas as possibilidades de pactuação a partir de um PT triunfante na pugna presidencial. Como essa vitória tem chances reais de acontecer, a eventualidade de um cenário tendencial não é negligenciável. Enfatiza-se, como veremos adiante, que o cenário tendencial não é inelutável. As circunstâncias descritas acima e as saídas possíveis após a instalação do novo Governo ficam na dependência estrita dos resultados da política de estabilização.

Outras hipóteses, além da vitória petista, podem configurar o cenário tendencial. Por exemplo, a repetição, em 1994, do ocorrido em 1989, com a vitória eleitoral de um *outsider*. Mas esta é uma possibilidade remota. Outras alternativas seriam a vitória de forças políticas populistas, à direita e à esquerda. Qualquer uma dessas forças teria dificuldades para a pactuação política. Mas também estas são possibilidades remotas.

O cenário tendencial teria no controle político do Estado alianças sociais eventuais não pactuadas girando em torno de um núcleo que chamaremos de "esquerda democrática" ou, menos provavelmente, de um núcleo populista de direita. As probabilidades da primeira hipótese, já vimos, são grandes, por estar em visível processo de fragmentação aquele que seria o eixo de uma aliança social para o cenário de integração estratégica. A divisão do PMDB e sua conseqüente incapacidade de articular alianças políticas e sociais abre espaços para a esquerda democrática ou para o trunfo das forças conservadoras que parecem, surpreendentemente, aglutinar-se em torno do candidato do PSDB, que seria, em outras circunstâncias, o outro pólo natural da pactuação progressista. O levantamento dos pródromos da sucessão presidencial até aqui parece indicar, pois, como mais prováveis, o cenário da integração competitiva ou o tendencial. Temos que ressaltar que essa avaliação leva em conta apenas o episódio eleitoral, determinante importante, mas não exclusiva, da próxima pactuação política. Outras determinantes são a própria força relativa dos atores sociais, a capacidade de articulação dos diferentes grupos, a política de estabilização e até fatores eventuais imponderáveis.

A característica maior do cenário tendencial será, além da indeterminação política, a inviabilização de qualquer projeto nacional por falta de sustentação política. Assim sendo, os governantes centrarão seus esforços na estabilização, compreendendo-se daí a extraordinária importância que o atual curto prazo terá nesse cenário: o plano econômico em curso será determinante para a ação do próximo Governo. Sua política de estabilização será diferente conforme o curso das variáveis econômicas neste ano, em especial, a variação dos preços.

CENÁRIO TENDENCIAL



O êxito da política de estabilização criará, a nosso ver, condições mais favoráveis para a pactuação. Embora as dificuldades inerentes ao grupo político dominante continuem a operar, a economia estabilizada pode abrir espaços políticos em função das necessidades de transição para o crescimento e a consolidação da democracia, aspirações nacionais. Curiosamente, contudo, pode abrir também a perspectiva "providencialista": de repente, o presidente vitorioso na estabilização capitaliza seu sucesso e, legitimado pelo desempenho, pode tornar-se o salvador do momento. Seria processo semelhante ao ocorrido no Peru, pelo menos em termos de resultados: a deterioração social mitigada pelo êxito na estabilização pode abrir o caminho da "fujimorização". O fracasso da política de estabilização, em prazo relativamente curto, dois anos talvez, com um governo politicamente fraco, poderá levar à instabilidade institucional, lançando o cenário em obscura área de imprevisão.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry (1985). **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense.
- BAIOCHI, Mário (1985). O federalismo fiscal: a dimensão política. RIO Grande do Sul: 150 anos de finanças públicas. Porto Alegre. FEE.
- BAIOCHI, Mário (1986). **Considerações à margem do plano cruzado**. Porto Alegre. (Palestra proferida na FIERGS, não publ.)
- BURDEAU, Georges (1970). **L'état**. Paris: Du Seuil.
- CHAVES, André Luiz Leite (1993). **A crise brasileira e suas perspectivas**. Porto Alegre: SUPLAN/SPA. (Documento de circulação interna).
- FIORI, José Luiz (1993). O ajuste brasileiro: nasce um novo consenso? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.37, out./dez.
- MACROMÉTRICA: boletim mensal (1993). Três cenários para a economia brasileira. Rio de Janeiro: Pesquisas Econômicas, n.99, jun.
- MELLO, Sônia Maria Moreira (1993). **As novas trajetórias tecnológicas e as possibilidades do Brasil**. Porto Alegre: SUPLAN/SPA. (Documento de circulação interna).
- MILIBAND, Ralph (1972). **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOORE JUNIOR, Barrington (1975). **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Cosmos.
- PEREIRA, Luiz Bresser (1985). **Pactos políticos: do popularismo à democratização**. São Paulo: Brasiliense.
- PEREIRA, Luiz Bresser (1986). **Lucro, acumulação e crise**. São Paulo: Brasiliense.

ROSA, Joal de Azambuja (1993). **Inserção internacional no cenário da integração estratégica da economia brasileira.** Porto Alegre: SUPLAN/SPA. (Documento de circulação interna).

SOUZA, Maria do Carmo Campello de (1983). **Estado e partidos políticos no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

THERBORN, Goran (1977). The rule of capital and the rise of democracy. **New Left Review**, n.103, maio/jun.

Abstract

In this article are developed the general features of the future scenarios for the Brazilian economy based on the political evolution mainly emphasizing the formation of accords and pacts among the social actors.

There are three scenarios seen as possible: the strategic (with the dominance of progressive forces), the competitive (conservative) and the trending one (with political indetermination).